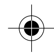
Cezar Wagner de Lima Góis

SAÚDE COMUNITÁRIA
PENSAR E FAZER





EDITORA HUCITEC


Capítulo 3
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

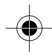


NA AMÉRICA LATINA (Ameríndia), a expressão "Psicologia Comunitária" é empregada desde 1975, com o objetivo de se fazer uma nova Psicologia Social, tomando-se por base a preocupação de alguns psicólogos de distintos países latino-americanos (ameríndios) com os escassos resultados sociais da Psicologia tradicional e por haver uma grande necessidade de superar os graves problemas humanos, sociais e econômicos que ainda hoje afetam a região (Góis, 1994).

O discurso da Psicologia Social, notadamente na América Latina (Ameríndia) e, especificamente, no Brasil de Pindorama, se refez mediante uma nova rota de construção de uma Psicologia Social crítica, contextualizada, preocupada com os problemas sociais e, mais que isso, comprometida com mudanças humanas e sociais de fundo, como a redução das desigualdades sociais e a conscientização de indivíduos, classe oprimida e povos. Por esse caminho surgiu a Psicologia Comunitária latino-americana (ameríndia).

No Ceará, sua história tem como ponto de partida, em 1980, no Pirambu, Fortaleza, as práticas de Psicologia entre a população pobre da periferia de Fortaleza, aqui denominadas de Psicologia

13 cezar wagner cap. 3.p65 77 25/8/2008, 17:25

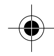

Popular (Góis, 2003), uma psicologia comprometida com a luta comunitária e baseada em algumas concepções e métodos provenientes da Psicoterapia (Rogers, Moreno, Fannon e Loyello), da Educação (Freire), da Sociologia (Borja e Touraine), da Biodança (Toro), da Teologia da Libertação (Gutiérrez e Boff) e de nossa própria experiência.

Os primeiros trabalhos foram de alfabetização de adultos e, logo a seguir, com grupos de jovens considerados marginais e dependentes de drogas. Construiu-se contextualizada e foi, dentro do processo político de derrubada da ditadura e da participação popular, que começou a crescer tanto no meio acadêmico (disciplina curricular de graduação, Projeto de Psicologia Comunitária, práticas de extensão) como no interior dos movimentos sociais urbanos e rurais do estado (assessoria, facilitação de grupos, formação de lideranças e treinamento em integração e organização de comunidades).

Ao longo de sua construção, buscou dar respostas aos problemas sociopsicológicos relativos ao modo de vida dos moradores e das comunidades, respostas ao drama social e humano, não no sentido de "psicologizar" essa realidade, senão fazer ver que há uma dimensão marcadamente subjetiva na dinâmica das comunidades e que se relaciona com o campo da Psicologia Comunitária. Por isso entendemos que o desenvolvimento de comunidade deve incluir, prioritariamente, o desenvolvimento do sujeito da comunidade, não o seu ajustamento social à ideologia dominante e às políticas públicas existentes, nem simplesmente à mudança instrumental da comunidade, uma mudança sem ação comunicativa, sem reflexão, sem diálogo, sem solidariedade.

A Psicologia Comunitária é uma disciplina que se orienta por uma práxis libertadora, a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores. O fundamental é a compreensão do modo de vida da comunidade e a realização de seus potenciais de desenvolvimento pessoal e social.

Conceber a Psicologia Comunitária nessa perspectiva permite-nos tratar mais integralmente a relação entre práticas comunitárias e Psicologia, entre práticas comunitárias e saúde, entre atividade comunitária e consciência (Góis, 2005).

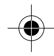




Outro aspecto importante a considerar na Psicologia Comunitária no Ceará é o modelo de articulação comunidade-municipalidade, o qual nos permite compreender a comunidade em uma dinâmica intercomunitária própria da vida municipal. Aqui, o município ocupa lugar de destaque no desenvolvimento da comunidade e no fortalecimento da identidade pessoal e social dos seus moradores, isto porque entendemos o município como um lugar vivo, dinâmico e concreto para as pessoas, no qual nascem, residem, se encontram, trabalham, casam e, também, morrem. É nele que ocorre toda uma rede de interesses e de ações sociais, políticas, econômicas, afetivas e simbólicas, constituindo assim um espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos.

O município é um lugar de participação social e mobilização social, um lugar de mediações diretas entre indivíduo e sociedade maior, um espaço visível de relações comunitárias e intercomunitárias, de movimentos sociais e de relações institucionais. É um espaço cotidiano próximo como o da comunidade, porém mais abrangente no trato das questões comunitárias, do desenvolvimento da comunidade e de seus moradores.

Construímos a Psicologia Comunitária no Ceará dentro do marco da Psicologia da Libertação. A definimos como uma área da Psicologia Social voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço físico-social, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem como objetivo a expressão e desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo de vida da comunidade, mediante um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento das pessoas, dos grupos e da própria comunidade.

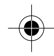
A Psicologia Comunitária estuda os significados e sentidos (Vigótski, 1991; Leontiev, 1982; Luria, 1987b), assim como os sentimentos pessoais e coletivos da vida da comunidade. Estuda o modo como esse sistema de significados-sentidos-sentimentos


se encontra e se transforma nas atividades comunitárias e nas condições gerais de vida dos moradores. Podemos dizer que estuda o modo de vida da comunidade e de como este se reflete e muda na mente de seus residentes, para de novo surgir, transformado, singularizado, em suas atividades concretas no cotidiano da comunidade. Isto significa, também, compreender as necessidades dos moradores e a importância do compromisso que o Psicólogo Comunitário tem com a comunidade em que atua. Preocupa-se, enfim, com as condições sociopsicológicas da vida da comunidade (internas e externas) que impedem aos moradores construírem-se como sujeitos de sua comunidade e as que os fazem sujeitos dela, ao mesmo tempo que, no ato de compreender e compartilhar a vida comunitária com seus próprios residentes, trabalhar com eles a partir dessas mesmas condições, na perspectiva da autonomia dos que ali moram.

Nesse caso, o problema central é a construção do morador como sujeito da realidade (Lane, 1984), quer dizer, sujeito da comunidade (Góis, 1994, 2005), o indivíduo que se descobre (compreende e sente) responsável por sua história e pela história da comunidade e que as constrói mediante sua atividade prática e coletiva no mesmo lugar em que vive e faz história de sofrimento, luta, encontro, esperança e realização.

Olhando por esse prisma, compreendemos que a Psicologia Comunitária deve avançar objetivamente para o tema da consciência (e da conscientização) e que as práticas comunitárias não podem ser consideradas somente como práticas instrumentais ou comportamentais, sem a devida consideração dos processos conscientes e das outras funções psicológicas superiores, incluídos os sentimentos, especialmente o da afetividade (Câmara, 2006). É necessário observar que as práticas comunitárias não são simples atividades externas com conteúdos sociais e subjetivos, mas sim, essencialmente, atividades da consciência que mudam a atividade mesma e a própria consciência, por conseguinte, fazem o sujeito e a realidade social. Compreendê-las desse modo é essencial para se poder entender a dinâmica comunitária como dinâmica, além de histórico-cultural, psicológica, movimento da consciência.


Podemos dizer, a partir daí, que o sentido último da Psicologia Comunitária é a contínua busca de vida e humanização pelos moradores de uma comunidade, pois esta nos parece ser a vocação do sujeito para superar-se como ser vivo e livre que de fato o é.

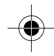
Reconhecemos que nossa concepção de Psicologia Comunitária contém valores arraigados nas ciências sociais e humanas em nosso país, valores baseados na história, no sofrimento e miséria de nosso povo, bem como numa ideologia de mudança social, de libertação. Porém, isso não invalida o pensar científico nas ciências humanas e sociais, pois sabemos o lugar que esses valores e ideologia ocupam em nosso compromisso social e em nossa prática científica; além disso, está claro para nós que não há ciência social e humana sem valores e ideologias, e nem por isso perde seu caráter e mérito científicos.

Comunidade

Desde meados do século passado, o conceito de "Comunidade" tem gerado controvérsias e, ao longo desse século até hoje, a complexidade da vida social, cada vez mais crescente, tem reforçada a dificuldade de chegar-se a um denominador comum.

Vejamos algumas das principais características utilizadas na tentativa de se encontrar uma conceituação, principalmente as que ao longo da nossa experiência temos utilizado: delimitação geográfica e territorial; atividades econômicas e sociais comuns; mesmo nível socioeconômico; laços históricos e culturais; necessidades e problemas comuns; convivência efetiva, duradoura e direta; mesmo sistema de representações sociais; identificação entre os moradores e destes para com o lugar; espaço físico-social apropriado; e sentimento de comunidade.

Entendemos a comunidade como uma instância da sociedade ou da vida de um povo ou nação que a reflete com uma dinâmica própria; é o lugar de moradia, de permanência estável e duradoura, de crescimento, de orientação e de proteção da individualidade ante a natureza e a sociedade; como a sociedade que a circunda e influencia, apresenta um processo sociopsicológico

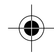




próprio, cheio de contradições, antagonismos e interesses comuns, que servem de construção e orientação das ações dos moradores em relação ao próprio lugar e à sua inserção no conjunto da sociedade. É o espaço social de intermediação da vida familiar com a vida da sociedade, no qual o indivíduo é confirmado como membro de uma determinada cultura e com uma determinada identidade de lugar. É um espaço de relação direta, face a face, entre seus moradores. Implica um modo de vida, uma "maneira como o agrupamento social estabelece relações internas peculiares [. . .], um modo de ser coletivo" (Martins, 1986, p. 14). Um modo de interagir segundo padrões do lugar, de sua história, tradição, costume, valores, moral etc. É um arranjo particular do cotidiano da sociedade.

Isso não quer dizer que a comunidade seja um lugar sem contradições e homogêneo. Nela estão presentes fortes contradições, conflitos, resistência, solidariedade e esperança. Todos esses elementos, aparentemente fragmentados ou desvinculados entre si, constituem um modo de ser com uma lógica e uma subjetividade social própria. Estão ordenados a um nível abstrato (categorial), muitas vezes não consciente, mas que explicam os arranjos particulares do cotidiano. Para compreendê-los é necessária a inserção no local, assim se apreende o código cultural do lugar e o processo de identificação entre profissionais e moradores poderá realizar-se.

As comunidades geraram as grandes sociedades e foram absorvidas por elas. Muitas desapareceram e outras se transformaram em arranjos sociais específicos da sociedade, fazendo frente ao conjunto das forças sociais e ao Estado. Mesmo assim, existem até hoje, pouco se parecendo com as antigas comunidades. Mas, em qualquer época, a essência das comunidades é a mesma: a vida comunitária, isto é, práticas coletivas de construção e proteção do lugar, onde cada indivíduo se torna mais apto e protegido para lidar com a realidade em que vive.

O ser humano antigo foi forjado em comunidade. Hoje bem menos, em face da complexidade da vida social e das estruturas sociais urbanas. Por outro lado, isso não nega a força e o papel que a comunidade, sobretudo a comunidade pobre, exerce sobre os indivíduos para fazê-los membros ativos da sociedade em que se encontram inseridos.

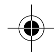

Nossa vida acontece dentro de grupos e de um contexto social reduzido, necessários à formação e ao desenvolvimento de cada um como membro de uma sociedade e de um determinado contexto dessa mesma sociedade. Por isso a importância, mesmo hoje, da comunidade — da vida comunitária.

As comunidades rurais são mais nítidas em suas características e delimitações, diferente do que ocorre com as do meio urbano. Nestas, as características de comunidade estão fortemente entrelaçadas a fatores decorrentes da intensa interação e mobilidade entre as diversas áreas urbanas (bairro, zona, quarteirão). Perdem com isso a nitidez particular. Mesmo assim, é possível identificá-las através de maior detalhamento das atividades dos moradores em torno de um núcleo como igreja, associação, posto de saúde, comércio local, praça e outros espaços significativos para eles.

Distinguir a comunidade rural da urbana é aceitar as diferenças existentes entre o campo e a cidade, e mais, dar especificidade aos diversos componentes de um processo particular (histórico, econômico, social, político e psicológico) de uma determinada área em relação a outra de uma sociedade regional ou nacional. Existe uma relação profunda entre o campo e a cidade. Distinguir uma área de outra não é romper essa identificação e intercâmbio, mas especificar seus elementos constitutivos e dinâmicos.

Compreendemos o rural subdividido conforme suas particularidades sociais e geográficas, podendo ser praia, serra, floresta, campo ou sertão. Quanto à cidade, a dividimos em concentração nobre e concentração proletária. Em cada concentração há um modo de vida particular, mesmo quando estão entrelaçadas uma na outra, constituindo lugares sociais e subjetivos diferenciados no mesmo espaço geográfico.

Para alguns profissionais de saúde com os quais convivemos, o conceito de comunidade mascara o conceito de luta de classes. Quando dizem isso talvez estejam olhando a comunidade a partir de uma distância sem inserção e convívio, imaginando que a comunidade é um lugar sem diversidade e contradições, que a vida comunitária negaria a luta social, a práxis libertadora.

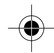




Esta questão, entendida de outro modo, vem desde Marx, quando considerou que a comunidade feudal não continha um potencial revolucionário, teria apenas as condições de ajustamento à ordem feudal ou se findaria com a violência do colonialismo. Depois, ele entendeu que, de fato, não só as condições do proletariado seriam revolucionárias, mas que as comunidades de então continham, em certa medida, um potencial de transição que as levaria do pré-capitalismo ao socialismo.

> O pensamento social do século XIX (Comte, Durkheim, Proudhon, Tönnies, Weber e outros) propunha a idéia de comunidade sobre as idéias de livre vontade, racionalidade e contrato social. Com exceção de Marx, que se opôs a esta corrente de pensamento ao escrever, em 1853, a respeito da desintegração das comunidades tradicionais provocada pela crueldade do colonialismo, principalmente o inglês. Considerava ele que as comunidades antigas constituíam a base do despotismo, inclusive privando o homem de sua força histórica. Sua desintegração, junto com o surgimento das novas relações de produção (capitalismo), assinalava um avanço em direção ao socialismo. Não obstante, em determinadas circunstâncias, a comunidade tradicional poderia favorecer a transição do pré-capitalismo ao socialismo, assim queimando etapas do desenvolvimento do capitalismo, como se deu na Rússia (Góis, 2005, p. 56).

É isso que temos de olhar — o "potencial de transição" da comunidade, ou melhor, o potencial de mudança existente no interior da própria comunidade. Não devemos nos esquecer que as comunidades, por revelarem um "potencial de transição", por conterem condições para a mudança social e o cuidado ambiental, podem apresentar, em certa medida, condições para superar a pobreza, as desigualdades sociais e a destruição ambiental.

É importante compreender hoje a relação entre vida comunitária e luta social, tomando por base a vida concreta dos moradores da periferia das nossas cidades e das comunidades

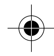




praianas e rurais, dentro do contexto maior de uma sociedade de classes.

Apesar de a comunidade refletir, em seu modo de vida, certas condições de "diferenças de classes" em seu interior, o que se verifica de fato é uma diferenciação que não se evidencia na forma clara e desigual das relações de dominação e exploração, nem rompe com os laços comunitários na maioria das situações em que essa contradição aparente se manifesta no modo de vida da comunidade. Por exemplo, numa comunidade praiana temos pescadores e ex-pescadores donos de jangada ou de barco, até mesmo donos de barraquinhas de praia. Aí temos o "dono dos meios de produção" e o que vende sua força de trabalho para esse dono. Aparentemente, temos aí uma situação de classe, mas na prática o que temos é uma proximidade de vida e de trabalho com diferenciações não tão marcantes. Aqui não se revelam com clareza as posturas de classe como na sociedade maior, apesar da presença de certas diferenças próprias da relação empregador-empregado.

No meio urbano, na periferia, temos o microempresário e o empregado da venda, bar ou mercearia constituindo uma relação capital-trabalho. De que ordem? Não entendemos que esse tipo de relação, algo ainda pouco delineado, possa ser caracterizado como espaço marcado por classes sociais distintas e pela luta de classes em sua verdadeira concepção. Mesmo registrando ganhos diferenciados ambos lutam pelo bem comum da comunidade, participam da mesma associação, caracterizando uma forte proximidade social, laboral, cultural e existencial, uma mesma necessidade coletiva. Algo que raramente ocorre no grande espaço social da relação capital-trabalho.

Outro exemplo é o da diferença entre áreas em uma mesma comunidade, uma mais urbanizada e outra favelada. Existem aí diferenças sociais e econômicas, os que estão na pobreza e os que estão na miséria. Estão presentes os preconceitos e posturas, até mesmo, de classe, mas no movimento da comunidade, no seu dia-a-dia, vemos que a proximidade entre eles é muito forte. Todos estão presentes na mesma associação, nas mesmas festas e na mesma luta por uma comunidade melhor, por trabalho, educação, segurança, saúde e outras necessidades cidadãs.

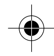

O que temos visto ao longo de nossa experiência é, de fato, a existência do potencial comunitário na relação entre os moradores, um fermento presente no terreno das interações sociais de proximidade e convívio precisando ser facilitado em seu cotidiano, no sentido da construção do conhecimento crítico, do desenvolvimento humano, da mudança social positiva e do cuidado ambiental.

Atividade comunitária

O primeiro contexto no qual se deu a interação social primitiva e o uso de instrumentos e signos foi, certamente, o de um pequeno bando de hominídeos. Era um espaço social inicial voltado para a proteção, sobrevivência, reprodução e desenvolvimento de seus membros e do coletivo. A transformação do espaço físico em espaço de relações comunitárias primitivas passou a ser, também, um dos primeiros produtos culturais. O espaço físico transformado tornou-se um produto social (Pol & Varela, 1994). Supõe-se aí que a atividade humana primitiva já apresentava um caráter comunitário, como se vê em Vigótski (1996), quando diz que a atividade humana primitiva e a atividade na ontogênese requerem a presença de outros seres humanos em cooperação e comunicação.

A atividade comunitária primitiva, ainda que tenha gerado outras formas de atividades complexas, não pode ser comparada à atual, pois esta, após o aparecimento das cidades e a Revolução Industrial, se realiza e se desenvolve em um modo de vida social de maior complexidade cultural, portanto, é de outra grandeza, quer dizer, tornou-se um complexo sistema de interações sociais (Munné, 1995) e de mediatização entre o psiquismo e o mundo físico-social.

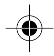
Hoje podemos dizer que a atividade comunitária é um sistema complexo de interações instrumentais e comunicativas (Góis, 1994, 2005), em que cada interação se encontra limitada em seus objetivos específicos e, ao mesmo tempo, estão organizadas e orientadas pela integração entre o sistema necessidades-motivos-objetos-objetivos e o sistema de significados-sentidos-sen-


timentos decorrentes da vida comunitária. Essas interações, também, estão organizadas e orientadas pelo próprio sistema de atividades comunitárias e pelas condições histórico-culturais da comunidade e da sociedade nas quais se realizam. As interações instrumental e comunicativa não se apresentam isoladamente nem são determinadas somente por seus objetos e objetivos parciais, já que estão enlaçadas entre si (interdependência) e estruturadas rumo ao objetivo final da atividade comunitária, segundo a complexidade cultural alcançada até aquele momento pela comunidade (relações sociais, leitura da realidade, conhecimento crítico, experiências sociais, tecnologia, valores, tipos e modos de produção, escolaridade, profissionalização, tempo livre e outros).

A dimensão instrumental da atividade comunitária é caracterizada pelo uso de ferramentas necessárias à transformação objetiva e funcionamento da comunidade. Está voltada para a elaboração e uso de instrumentos com finalidade comunitária, sejam tecnologias simples (arado, enxada, pá, machado, martelo, tratores, casa de engenho, forno de pão, irrigação) ou tecnologias avançadas (projetos, desenho de produção, técnicas de administração e comercialização, técnicas de grupos e de tomada de decisão, computadores e outras). Quanto à dimensão comunicativa, esta compreende o diálogo, a expressão de sentimentos e a cooperação entre os moradores, no intuito de alcançar os objetivos da atividade comunitária e favorecer o desenvolvimento das relações sociais da comunidade. Contribui para que os moradores compartilhem suas leituras do mundo e construam outras em conjunto, fortaleçam o trabalho coletivo e a maneira de realizá-lo, clarifiquem mais o futuro que juntos pretendem construir e a própria existência que levam, assim como favorece a expressão de novos sentimentos e significados pessoais e coletivos acerca do lugar, da relação com o entorno e de sua influência sobre a comunidade.

As dimensões instrumental e comunicativa não se encontram isoladas uma da outra. É impossível falar de interações instrumentais sem falar de interações comunicativas, posto que, necessariamente, uma não ocorre nem se desenvolve sem a outra. Por mais que a interação comunicativa se dê sem necessitar dos

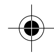




objetos da realidade, mediante o uso de imagens e símbolos, esta requer, de algum modo, imediata ou mediatamente, o enlace com a própria interação instrumental; tenha conseqüências práticas para a vida dos moradores, senão tende a debilitar-se como meio de intercâmbio, diálogo e reflexão. O mesmo se aplica à ação instrumental, quer dizer, quando se realiza sem a cooperação e o diálogo, os laços existentes entre o instrumento, quem o maneja e a realidade concreta, ficam enfraquecidos, assim como a visão crítica do morador com relação a si mesmo e ao mundo, ao processo social e produtivo da comunidade e ao conjunto da sociedade.

A atividade comunitária, como um conjunto integrado de interações instrumentais e comunicativas, é um sistema orientado tanto para o morador (dimensão pessoal) como para a comunidade (dimensão social). O desenvolvimento desse sistema se produz mediante as conseqüências positivas que tem para os indivíduos (satisfação de necessidades e motivos pessoais) e para a coletividade (satisfação de necessidades e motivos coletivos). A atividade comunitária revela, de imediato, a unidade instrumento-comunicação e sua força realizadora da consciência e da comunidade, pois sabemos que o operar juntos (cooperar) e o diálogo são manifestações complexas da vida consciente e são essenciais à vida social (Freire, 1993; Habermas, 1987). Ambos se aperfeiçoam e se desenvolvem na atividade humana, a qual, além de aperfeiçoar o trabalho e todas as formas de relação do indivíduo com o mundo, o faz cada vez mais complexo em uma realidade social e comunitária, também, cada vez mais complexa.

Podemos dizer que a atividade comunitária é a atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela está direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social (Turner, 1990) de lugar e de comunitário, e do desenvolvimento da consciência social e pessoal. Assim, a criação e uso de instrumentos e da comunicação, forjam e desenvolvem a

13 cezar wagner cap. 3.p65 88 25/8/2008, 17:25

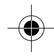

vida comunitária que, por sua vez, cria novos instrumentos e modifica seu uso e a comunicação existente.

A atividade comunitária dirige-se não somente para o desenvolvimento da autonomia da gestão coletiva e competência na resolução de problemas, mas, igualmente, para a realização dos motivos pessoais e comunitários, por ser uma atividade pessoal e coletiva socialmente significativa e que dá resposta às demandas da comunidade e dos indivíduos. Conduz, até mesmo, à contínua superação das contradições entre o individual e o social na comunidade, como também à construção de uma ética comunitária.

Ressaltamos que esse tipo de atividade inclui o sujeito da ação, pressupõe uma opção real de participação na comunidade e evidencia aspectos históricos, culturais, sociais e psicológicos pertencentes ao lugar. Entretanto, nem todos os elementos considerados importantes na atividade comunitária são significativos, estão relacionados com a consciência. De acordo com Góis (2005), de cinco variáveis consideradas em seu estudo (tempo de participação, tipo de atividade, freqüência de participação, papel que exerce e modo de participar), somente as duas últimas influem de fato na conscientização. Os resultados do tempo de participação (em anos) e da freqüência mensal (em dias), não são relevantes, apesar de a variável tempo de participação assinalar uma leve tendência a ser significativa.

As pessoas podem participar durante muito tempo e mudar muito pouco sua consciência e sua prática coletiva. Participar regularmente, ao longo do tempo, em qualquer atividade, sem considerar as características mais internas e mais dinâmicas da participação, como o diálogo-problematizador, a ação-reflexão e o exercício da liderança, caracteriza-se mais como "ativismo coletivo" que uma práxis de libertação individual e coletiva. É razoável pensar que a atividade comunitária baseada no "ativismo" não é de fato uma atividade comunitária, e muito menos chega a ser algo que resulte em desenvolvimento do morador e de sua comunidade.

Com relação à importância do tipo de atividade comunitária, até hoje pensávamos que certas atividades não chegavam a modificar a consciência (como as de lazer e de ajuda funcional). A estas

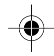




denominamos de atividades de manutenção. Elas não levariam diretamente a uma mudança na vida da comunidade nem na consciência do morador, mas apenas garantiriam o estado atual do funcionamento da vida mental e comunitária. Nesse tipo de atividade, podemos mencionar a organização anual da festa do padroeiro da comunidade, as manifestações artísticas, o lazer e a recreação, a organização da liga de futebol, os clubes de serviço, as campanhas de vacinação, a ajuda assistencial aos necessitados, as associações comunitárias assistenciais, os grupos de oração etc. Por outro lado, entendíamos que as atividades de transformação são as que, de fato, levariam ao desenvolvimento do morador e da própria comunidade, como as de cooperação/produção e ação política. Pertencem a esse tipo de atividade a luta pela melhoria dos serviços públicos na comunidade, a reivindicação de mais escolas e empregos, participação na discussão sobre as prioridades da comunidade, elaboração e instalação conjunta de projetos sociais e econômicos e participação nos movimentos sociais locais.

Entretanto, o que vimos em nosso estudo (Góis, 2005) foi algo diferente do que pensávamos, ou seja, o tipo de atividade comunitária (lazer/ajuda funcional, cooperação/produção e política) não exerce influência sobre a consciência. Isso também indica que qualquer tipo de atividade pode levar ao desenvolvimento da consciência dos moradores, bastando para isso que sejam realizadas levando-se em conta certos aspectos intrínsecos a elas, como temos observado anteriormente. Não é propriamente a atividade comunitária como um todo (variáveis de participação) o que influi na consciência pessoal dos moradores. Somente o papel que o morador exerce na atividade e seu modo de participar são significativos como caminho de conscientização.

Diante disso, os esforços de cooperação e desenvolvimento local precisam insistir em uma verdadeira participação social (sem demagogias e manipulações políticas, institucionais e técnicas), e mais, compreender a participação social como problema da consciência, um conceito também psicológico e não apenas sociológico e econômico.

Por esse olhar, o conceito de atividade comunitária a que estamos nos referindo vai além da "atividade de melhoria das con-

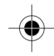

dições de vida" (Sanchez Vidal, 1999, p. 136), já que implica uma maneira ativa de participar, pois o ato de participar de determinado modo das atividades comunitárias leva o morador a substituir a maneira de refletir a realidade de uma forma imediata, quase estática, dependente e ligada às suas necessidades concretas de sobrevivência, portanto limitada em seus motivos e explicações, para uma forma de refleti-la em seu movimento, com um sentido de realidade que lhe permite reconhecer-se capaz de criar a vida comunitária e fazê-la sua.

A participação social, sem uma perspectiva mais profunda (subjetiva) do morador, não leva a algo tão significativo quanto a desenvolvimento do indivíduo e, por conseguinte, de autonomia da comunidade. Musitu, Herrero & Gracia (1996) no artigo "Integração, Participação Comunitária e Saúde Mental: um estudo empírico de suas relações" relatam que a simples participação comunitária ("medida objetiva de participação em associações e atividades da comunidade") não está relacionada com a integração comunitária ("medida subjetiva de identificação com a comunidade").

> Os dados apóiam de forma empírica a idéia de que a mera participação em atividades da comunidade não pode equiparar-se à integração na comunidade. Portanto, as medidas objetivas de assistência a organizações e participação em atividades devem complementar-se com uma avaliação da percepção que o indivíduo mantém com respeito a essa comunidade (p. 217).

Os pesquisadores referem-se à "percepção que o indivíduo mantém com respeito a essa comunidade", quer dizer, a identificação do indivíduo com sua comunidade. Vemos aí algo mais, o sentido construído pelo morador sobre sua integração na comunidade, entendendo aqui o sentido como próprio do movimento da consciência.

Com a citação anterior pretendemos mostrar que a perspectiva psicológica está presente, queiramos ou não, nas práticas sociais, e que hoje deve ser considerada dentro do âmbito da participação social. Integrando-se às perspectivas sociológicas e econômicas

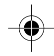

das práticas comunitárias, temos na atividade comunitária a perspectiva psicológica, especialmente no que se refere à consciência pessoal e à unidade instrumento-comunicação, que é inerente à própria estrutura da atividade comunitária. Assim, temos como essenciais nessa atividade os significados e sentidos, os sentimentos, a cooperação, o diálogo acerca dos problemas e da própria vida da comunidade, a participação ativa em todos os âmbitos da atividade. Isso implica o ato de dizer a própria palavra, debater idéias, dar sugestões no grupo, executar as decisões e exercitar funções de liderança. Aqui está presente uma base pedagógica que não é comum na escolarização nem no trabalho.

Sujeito da comunidade

Na construção do sujeito da comunidade está implicada a compreensão do morador de que ele é co-responsável pela realidade social na qual vive e que, também, é capaz de transformá-la em seu próprio benefício e no de toda a coletividade.

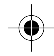
Entendemos o sujeito fazendo-se na atividade de superação das contradições sociais, como conseqüência do desenvolvimento de sua prática local. Para Vigótski, Freire e Lane o indivíduo, ao transformar a realidade, apropria-se cada vez mais dela e, por conseguinte, passa a conhecê-la muito mais, torna-se, assim, sujeito de sua história, de sua realidade, quer dizer, percebe-se responsável por seu caminho, junto com os demais e, também, mediatizado por eles em sua relação com o mundo.

No ato de construir seu lugar de vida, descobri-lo, conquistá-lo, apropriar-se dele, mediante uma prática de diálogo e cooperação, o morador consegue rasgar o véu que impede a conscientização, que embota a capacidade de aprofundar sua consciência no mundo. Sua prática passa a ter sentido, para ele mesmo e para os demais, ao ser, por ele, decodificada e, depois, ressignificada, criando assim novos sentidos e novos sentimentos, mais seus, portanto, mais profundos, mais dinâmicos, mais transformadores, mais vivos, mais cidadãos (Ribeiro, 2004). Isso significa passar da semi-intransitividade à transitividade da consciência.


O que distingue o sujeito da comunidade do indivíduo submisso e dependente que ali vive é que o primeiro tem uma consciência transitiva que lhe permite melhor compreender o modo de vida de sua comunidade e de si mesmo, além de reconhecer seu valor e poder para desenvolvê-la e desenvolver-se como sujeito comunitário. Rompe ele, cada vez mais, com a ideologia de submissão e resignação, a identidade de oprimido e explorado e a cultura da pobreza, construídas por séculos de opressão e exploração. Diante das relações de dominação não se entrega e busca estimular os demais moradores a superarem suas vidas oprimidas. Por outro lado, o indivíduo submisso e dependente é o que tem uma consciência parcial da realidade, alienada (Mészáros, 1981), vive por meio da dependência e submissão às forças externas (naturais e sociais), sem entender-se e sentir-se capaz de realizar mudanças pessoais e coletivas no sentido da autonomia de si mesmo e de sua comunidade. Não se reconhece capaz, tornou-se indivíduo-objeto, mercadoria eleitoral e, muitas vezes, mercadoria religiosa.

Para compreendermos o movimento dos moradores no esforço de superação da situação de opressão e negação de suas potencialidades, precisamos considerar que, por trás do indivíduo fragilizado, existem questões geradoras e mantenedoras dessa situação de aniquilamento, as quais podem ser examinadas no âmbito da ideologia de submissão e resignação e da identidade de oprimido e explorado. Todavia, sabemos também que a vida impulsiona o indivíduo a viver, a lutar, a descobrir seu valor e poder para construir uma vida melhor para si e os demais. O que está no mais profundo de cada morador é sua vocação biocêntrica e ontológica de ser livre e ser sujeito, é seu potencial de vida e sua capacidade de fazer florescer o valor pessoal e o poder pessoal, sua condição de ser vivo e sujeito de si e da comunidade. Por isso a importância do fortalecimento do valor pessoal e do poder pessoal do morador, um processo de desabrochar uma nova percepção sobre si mesmo, que aprofunda positivamente suas relações na família e na vizinhança, que o leva a participar ativamente da organização do seu bairro e das comissões reivindicatórias e políticas, valorizando a participação comunitária e a política como instrumento de cidadania e desenvolvimento comunitário.

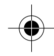

Desenvolvimento comunitário

Entender a comunidade e suas atividades comunitárias é essencial para se lidar com o desenvolvimento comunitário. Não estamos nos referindo apenas a um diagnóstico, mas principalmente a uma compreensão ecológica e etnográfica do lugar, a uma leitura mais complexa da realidade local, que envolve uma análise não só dos fatores restritivos e impulsionadores como, também, de uma reflexão crítica sobre a organização socioideológica que perpassa a história e a vida social do lugar, as práticas locais e a tendência objetiva e subjetiva de futuro dessa coletividade.

Vemos o desenvolvimento comunitário como prática coletiva que facilita, concentra e utiliza os esforços comunitários dentro de uma estratégia de combate à pobreza, de proteção à Natureza e de fortalecimento do poder popular. Nesse esforço de desenvolvimento, em geral, consideramos alguns aspectos-chave: o desenho histórico e socioideológico do lugar; seu meio ambiente e sua dimensão econômica; as relações sociais e institucionais; o lazer e a cultura; o modo de vida, os símbolos e a subjetividade social e individual.

Não estamos nos referindo aqui ao desenvolvimento de comunidade preconizado em geral nas políticas públicas, cujo papel maior cabe aos agentes externos. É propriamente desenvolvimento comunitário, já que se referencia na cultura local, no potencial comunitário, na experiência acumulada, na vontade dos moradores, na atividade comunitária, na integração comunitária e na relação de cooperação entre agentes internos e agentes externos. Não é uma ação de fora para dentro, sem considerar fundamental a história, cultura e capacidade de agir da comunidade, nem uma ação fechada em seu interior, cabendo exclusivamente a iniciativa, controle e sentido do desenvolvimento à própria comunidade. Nem uma nem outra coisa, mesmo que, ainda hoje, a iniciativa e o rumo do desenvolvimento continuem nas mãos do governo ou de outras agências externas, como as do terceiro setor, e não nas mãos dos moradores.

Esse tipo de desenvolvimento local implica a integração de ações e a relação pedagógica entre agente externo e comunidade, evidenciando assim o papel e a importância de cada interlocu-

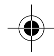

tor na definição do rumo e do modo de desenvolvimento apropriados à realidade do lugar, isto é, definidos e compartilhados de comum acordo. Em última instância, a palavra final é da comunidade no que diz respeito ao sentido do desenvolvimento e ao controle da ação. Isso implica um desenvolvimento participativo, de busca de autonomia local, de interdependência, e não de dependência ao exterior da comunidade.

Reconhecemos a importância do desenvolvimento comunitário nas estratégias de desenvolvimento municipal, mas há que aperfeiçoá-lo, sobretudo quanto a compreender as comunidades, também, como realidades profundamente humanas e simbólicas, com experiência acumulada e uma identidade de lugar, organizadas em torno, principalmente, da luta pela sobrevivência.

Uma preocupação que temos acerca desse desenvolvimento encontra-se, por um lado, na questão do seu planejamento, das dificuldades que um planejamento centralizado, tecnicista ou não participativo tem para alcançar resultados significativos entre a população; e por outro, na fragilidade da própria ação local, principalmente quanto à sua dificuldade em garantir de modo mais duradouro e adequado a participação social e a mobilização social.

De cima para baixo, e precipitadamente, os agentes governamentais impõem normas e condições para a participação popular e a criação de estruturas associativas, com o fim de efetivar "seus projetos" e de disciplinar e controlar a liberação de recursos financeiros para os moradores. Nesse caso, a comunidade se torna "institucionalizada" por esses projetos. Isso está bem em termos gerais, mas não como processo facilitador da participação e da mobilização locais, pois muitas vezes a conseqüência ante essa imposição é a aparência associativa, ou seja, a criação de estruturas de mobilização social de qualquer modo e às pressas, por isso, vazias de participação social, representatividade e resultados. Não se fortalece o sujeito coletivo, organizado, consciente, de que nos fala Bakhtin.

Legalizar estruturas de mobilização social, de cooperação, de produção e de representação da sociedade, em que Estado e Sociedade se confundem no âmbito local, como é o caso dos conselhos municipais e de outras políticas públicas, requer muito cuidado político e pedagógico, para não se cometerem erros que irão transparecer no funcionamento, no processo decisório e na


ausência de resultados. Essas estruturas transformam-se em lugares de reuniões burocráticas, manipuladas, esvaziadas e apáticas, de pouco valia e cheia de aparências e enganos, cumprindo unicamente uma proposição normativa ou cartorial, tanto para o Governo como para a própria municipalidade.

Não negamos a importância dessas políticas, programas e projetos, desde que realizados de modo pedagógico, que possibilitem a construção orgânica de estruturas de mobilização, de serviços e de produção. Assim, os recursos servirão para potenciar a comunidade e alavancar suas atividades comunitárias com base na própria realidade e problemas locais, e não para institucionalizá-la. Porém, se os recursos forem pulverizados por meio de relações fragmentadas, personalizadas ou burocratizadas com associações, cooperativas, conselhos setoriais ou lideranças locais, o dinheiro investido não atingirá seus objetivos, gerando então mais desencanto para os moradores, já tão carregados de frustrações, desinformação, desesperança e fatalismo.

Por fim, o desenvolvimento comunitário, na ótica da Psicologia Comunitária e da Saúde Comunitária é, antes de tudo, o desenvolvimento do sujeito comunitário, ou seja, do morador que se descobre cada vez mais como sujeito socialmente crítico, afetivo, responsável e capaz de mudar seu projeto de vida que se encontra, em geral, limitado por relações de dominação e alienação, dando tanto a seu projeto de vida como ao sistema de ação histórica da comunidade um novo sentido e uma direção consciente, mais própria e apropriada ao lugar.

Segundo a Pnud (1997), "a potenciação do indivíduo é o ponto de partida da ação comunitária" (p. 108). Para nós, a questão central da potenciação é a criação de condições sociopsicológicas que facilitem o desenvolvimento da consciência crítica dos moradores. Desse modo, as estratégias de facilitação do desenvolvimento comunitário devem contemplar em sua estrutura de ação o problema objetivo da consciência como questão central em sua planificação e ação. Considerar esse problema em um plano secundário ou isolado da vida concreta dos indivíduos é um grave erro de conseqüências negativas tanto para os moradores como para a vida comunitária.